

As redes como agente de fermentações sociais: é possível?

Networks as an agent of social fermentation: Is it possible?

Keila Cristina Gonçalves Rosa

Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade de Brasília. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências Norte, 70910-900, Brasília, DF, Brasil. keilarosa.unb@gmail.com

Tiago Quiroga Fausto Neto

Faculdade de Comunicação. Universidade de Brasília. Instituto Central de Ciências Norte, 70910-900, Brasília, DF, Brasil. tagorj@terra.com.br

Resumo. O presente trabalho propõe uma discussão acerca da experiência política mediada pelas mídias sociais on-line a partir das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil. Trabalha-se com a hipótese de que as manifestações desencadeadas nesse período apontam para uma nova experiência política, em especial, para uma multidão incentivada pelas relações estabelecidas nas redes sociais na internet. Um dos principais desdobramentos dessa nova condição da política seria, portanto, um deslocamento da importância dos meios de comunicação tradicionais. A fim de analisar esse cenário, como investigação empírica, debruçamo-nos sobre a atuação do Movimento Passe Livre, uma organização social sem fins lucrativos, e da TV Globo, canal de televisão com a maior audiência na região dos eventos, segundo o IBOPE. Com efeito, observamos o reforço do poder reivindicatório dos movimentos sociais, marcadamente em razão da disseminação de suas causas e lutas e, principalmente, o crescimento também exponencial do seu poder convocatório. No limite, é provável que esteja em curso uma mutação de significados, de deslocamentos nas formas de comunicação e, como resultado disso, nas formas de fazer política.

Palavras-chave: redes sociais, manifestações sociais, tecnologia, internet, política.

Abstract. This paper proposes a discussion about the political experience mediated by social media online from the Newspapers of June 2013 in Brazil. It works with the hypothesis that the demonstrations triggered during this period indicate the emergency of a new political experience, especially for a crowd encouraged by relations established in social networks on the internet. One of the main consequences of this new policy would be the shift in the importance of the traditional media. In order to analyze this scenario as an empirical research, the text observes the action of the Movement Free Pass, a social non-profit organization, and of TV Globo, the TV station with the largest audience in the area of events, according to IBOPE. Indeed, we observe the strengthening of the bargaining power of social movements, notably due to the spread of their causes and struggles, especially due to the exponential growth of their convening power. Ultimately, it is likely that a mutation of meanings, a shift in forms of communication, and, as a result, in the ways of doing politics, are ongoing.

Keywords: social networks, social movements, technology, internet, politics.

Apresentação

O mundo vive atualmente uma profusão de manifestações sociais urbanas em que ruas e praças públicas transformam-se em palco

rotativo de amplos protestos. Acontecimentos recentes, como a Primavera Árabe, na Tunísia (2011), o Occupy Wall Street, nos Estados Unidos (2011), o movimento 15M, na Espanha (2011), o 15 de setembro, em Portugal (2012), a

Primavera Érable, no Canadá (2012), a Revolução dos Guarda-Chuvas, na China (2014), entre outros, são exemplos de movimentos que ganharam destaque na grande mídia.

Tais acontecimentos despertaram o interesse de estudiosos, principalmente no levantamento de sinais sobre uma possível transformação social. Nesse sentido, a proliferação desses atuais eventos remete à década de 1960, quando, em vários lugares do mundo, como Europa e América Latina, jovens se reuniam e ocupavam lugares públicos para reivindicar, por exemplo, o fim das guerras, a liberdade de expressão e maior democracia. Especificamente, em meados de 1964, nos Estados Unidos, jovens, em sua maioria negros, lutavam contra a segregação racial. Na França, em maio de 1968, uma insurreição, que começou com jovens estudantes reivindicando melhoras no *campus* de uma universidade (Gohn, 2013, p. 83), terminou em uma mobilização que levou cerca de seis milhões de pessoas às ruas de Paris (Piacentini, 2008). No Brasil, os anos de 1960 foram marcados pelo golpe militar e passeatas. Esses são apenas exemplos de manifestações que se destacaram na década de 1960 e que têm sido lembrados neste início de século XXI em função do surgimento de novas manifestações sociais em escala mundial.

As causas dos protestos recentes diferem das observadas na década de 1960. Entretanto, o curto espaço de tempo entre os acontecimentos sugere a existência de semelhante desconforto social generalizado. Naturalmente, não temos aqui a pretensão de investigar a origem, muito menos os desdobramentos de uma possível crise de maior amplitude. O fato, entretanto, das manifestações acontecerem em um espaço de tempo comum, aliado à ideia de que passamos a ter notícias sobre elas em tempo real, leva-nos a questionar se não estaríamos em meio a uma nova experiência política, agora decisivamente marcada pelo advento das redes sociais digitais. Apesar de reconhecer as particularidades da crise em cada região, não hesitamos em afirmar que a forma das reações políticas e os contágios entre elas têm forte influência das redes sociais on-line. Na esteira de Castells (2013), é possível afirmar que esta é uma época de manifestações em rede.

A fim de realizar uma breve análise desse cenário e, principalmente, das questões comu-

nicaçãois envolvidas, este artigo está dividido em três partes. A primeira trata das recentes manifestações sociais e suas relações com as mídias sociais on-line. Em seguida, a abordagem é especificamente sobre o caso brasileiro: as Jornadas de Junho de 2013. Nessa parte, de modo exploratório, faz-se uma análise da atuação da imprensa, nomeadamente da TV Globo, emissora de maior audiência nas regiões onde houve manifestações, e do Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL/SP) frente às mobilizações de rua. Por fim, trabalha-se a hipótese do surgimento de uma experiência política, como um dos desdobramentos dos eventos no Brasil, possivelmente inédita e inesperada dentro do contexto de desenvolvimento do país.

Manifestações e mídias sociais on-line

Uma das características mais pulsantes nas recentes manifestações sociais pelo mundo foi o uso corrente dos *sites* de redes sociais na internet. Por meio das redes sociais on-line, participantes publicaram fotos e comentários a respeito dos eventos. Isso permitiu à sociedade um acesso direto aos fatos, em tempo real, sem os tradicionais cortes ou edições promovidos pela imprensa tradicional, e, sobretudo, fora do controle de alguns governos que agem na contramão de uma democracia participativa. Na perspectiva de Castells (2013), “a conexão entre comunicação livre pelo Facebook¹, Youtube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um híbrido espaço público de liberdade” (Castells, 2013, p. 25). Segundo o autor, essa é uma das características basilares da rebelião que aconteceu em 2010, em uma pequena cidade da Tunísia, chamada Sidi Bouzid, ao norte da África, e que prenunciou outros movimentos que surgiram em diferentes países. Na concepção do sociólogo espanhol, presencia-se, atualmente, a eclosão de diversas manifestações sociais em rede (Castells, 2013).

Com o intuito de frisar a relevância das redes sociais digitais como novas possibilidades comunicativas da sociedade civil, sobretudo por atuar a partir de um ambiente que se encontra fora do controle hegemônico da grande mídia e dos governos, é interessante observar o caso da Turquia. Nesse país,

¹ O *site* de rede social Facebook pertence a uma empresa privada e tem como missão “dar às pessoas o poder de compartilhar informações e fazer do mundo um lugar mais aberto e conectado” (Facebook, 2015). O posicionamento da empresa de certa forma contribui com o pensamento de Castells (2013).

o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP, na sigla em turco), do primeiro-ministro Recep Tayyip Erdoğan vem dominando a política e o governo há mais de uma década, a profundidade da influência do Estado sobre as emissoras tornou-se clara durante as enormes manifestações antigoverno de junho de 2013. À medida que os ativistas ocupavam a Praça Taksim em Istambul, as principais emissoras do país sob influência do Estado exibiam documentários sobre treinamento de pinguins e golfinhos. Uma delas exibiu um programa de culinária. Erdoğan caracterizou o Twitter como uma “ameaça”, e autoridades reprimiram seus usuários, prendendo dezenas sob a acusação de publicar “informações incorretas”. [...] A imprensa tornou-se cúmplice da crescente intolerância política dos círculos dirigentes (Walker e Orttung, 2014, p. 18).

Destaca-se, ainda, outra insurreição popular mobilizada com o auxílio das mídias sociais, dessa vez, no Egito. Com histórico opressor, em 2011, o país foi tomado por manifestações contra o regime ditatorial do então presidente, Hosni Mubarak. Em janeiro daquele ano, milhares de pessoas foram mobilizadas pela internet. A mobilização começou após a morte de um jovem pela polícia de Alexandria, quando, por meio de uma página criada no Facebook, fez-se um chamamento para um protesto contra a violência policial egípcia. A página do evento ganhou rapidamente 70 mil seguidores e logo teve seu conteúdo proliferado por outros vários perfis nas redes sociais on-line. O protesto ficou conhecido como o “Dia da Revolta” e, aproximadamente, dois milhões de pessoas, se reuniram na Praça Tahrir, no centro de Cairo. Após esse dia os sites de redes sociais, Facebook e Twitter, tiveram seus acessos bloqueados a mando do Governo. De acordo com Castells (2013), os eventos do Egito incitaram outros protestos “numa escala sem precedentes”, mas ainda foi um movimento que “inspirou-se na revolução tunisiana”, em 2010.

As características apontadas nessas manifestações e outras, referidas na apresentação deste trabalho, são reforçadas em sua importância com base no posicionamento de Castells (2013) sobre o uso da tecnologia e da comunicação de massa na constituição de uma sociedade em rede. Para o autor, as redes sociais na internet são espaços de autonomia que estão além do controle governamental e dos oligo-

pólios midiáticos, que, ao longo da história, monopolizaram os meios de comunicação de massa como base de seu poder (Castells, 2013, p. 7). Sobretudo no cenário das manifestações, as redes sociais na internet permitem às organizações civis um maior poder de comunicação, ampliando, assim, o seu impacto e alcance de mobilização. Gohn (2013) corrobora essa ideia, quando diz que “a participação dos jovens e o uso das mídias sociais foi fundamental no Egito”, no processo de derrubada de Mubarak do poder. No entanto, reforça que essa não é a única razão dos eventos em questão (Gohn, 2013, p. 30).

Sobre as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil

No Brasil, em junho de 2013, inesperadas manifestações tomaram proporções que já não se viam há mais de duas décadas, quando jovens de “cara pintada” foram às ruas pedir o impeachment do então Presidente da República, Fernando Collor de Melo. Desde aquela época, o país não tinha suas avenidas tomadas por tantas pessoas protestando por questões sociais e políticas e, menos ainda, alcançado um volume e dispersão geográfica de tamanha grandeza. Essas manifestações, supostamente, iniciadas em São Paulo e organizadas pelo Movimento Passe Livre/SP (MPL/SP)² começaram em protesto contra o aumento da tarifa no transporte público da capital paulista. Sem demora, porém, tomaram grandes proporções e desviaram-se do seu propósito inicial, demonstrando falta de controle pelo MPL/SP sobre os eventos e a atuação dos manifestantes: os atos abriram o caminho para outras diversas reivindicações, como melhores postos de saúde, educação de qualidade e o fim da corrupção no poder público.

De fato, as Jornadas de Junho evoluíram rapidamente. Logo no início do mês, dia 6 de junho de 2013, houve um grande protesto contra o aumento das passagens de ônibus na capital paulista, denominado pelos organizadores de 1ª Grande Ato. Contudo, apesar do nome, as reivindicações por melhorias nas condições da mobilidade urbana não tiveram início em junho de 2013, como recordou Erica de Oliveira, membro do MPL/SP, em entrevista

² O Movimento Passe Livre – MPL – se autodenomina autônomo, apartidário, horizontal e independente. O grupo luta por transporte público urbano sem custo para o usuário, alegando que ‘público’ significa acesso para todos. Sendo assim, com a cobrança de tarifa muitos cidadãos são excluídos do direito de usar o transporte público urbano.

à Revista Caros Amigos (2013). Na verdade, a atuação do movimento se dá desde o início dos anos 2000. Além disso, estava explícita na página – ou *fanpage*³ – do MPL/SP no *Facebook* a ocorrência de protestos em outras cidades, como Taboão da Serra/SP e Porto Alegre/RS, registrados um pouco antes das manifestações realizadas na grande São Paulo. O conteúdo publicado na página demonstrava que, através de manifestações, a população das respectivas cidades conseguiu a revogação do aumento das passagens. Outras informações publicadas no *site* do movimento na internet revelavam que eventos semelhantes, pedindo a revogação do aumento no valor da passagem do transporte público, também já ocorriam na capital paulista antes de junho.

Na verdade, sucessivas manifestações se deram na cidade de São Paulo organizadas pelo MPL/SP e paralelamente em outros municípios, durante o mês de junho de 2013. Isso porque, no entendimento do movimento, a partir de experiências vividas anteriormente e compartilhadas por outros municípios – na conquista da revogação do aumento do preço da passagem do transporte público –, a reivindicação também poderia sair vitoriosa na capital paulista e em outras cidades.

Na cidade de São Paulo foram sete grandes atos entre os dias 6 e 20 de junho, dos quais podemos destacar algumas características principais: (i) a liderança de um movimento social sem comando formal, organizado de forma horizontal, sugerindo uma autoria coletiva; (ii) a forte repressão policial sofrida pelos manifestantes e também pela imprensa que cobria os eventos; (iii) a ampla cobertura da imprensa, apesar de os grandes veículos terem sido impedidos pelos participantes das manifestações de fazer a cobertura de perto ou em loco. Essa atitude dos manifestantes pode indicar uma possível crise no atual modelo de atuação dos mediadores da notícia, ou seja, na forma como a imprensa tradicional desempenha seu papel social; (iv) o uso massivo das novas redes de comunicação conectadas à internet para fins de mobilização e transmissão dos eventos, o que tornou os manifestantes mediadores e ao mesmo tempo

protagonistas; (v) a insatisfação obnubilada, supostamente em relação às políticas públicas dentro de uma crise de representação política, surgiu rapidamente de forma quase generalizada na sociedade. Além disso, os amplos investimentos públicos para a Copa das Confederações e para a Copa do Mundo de 2014 *versus* a desigualdade social e a deficiência de infraestrutura nas cidades agravaram o problema de legitimidade do governo.

Na visão da socióloga Maria da Glória Gohn (2014, p. 8), os acontecimentos em tela se constituíram em uma espécie de “revolta popular de massa”, conduzida por uma juventude, em sua grande maioria, de classe média, organizados aparentemente a partir de relações estabelecidas por meio das redes sociais na internet. Para ilustrar uma dessas relações, podemos citar o uso de páginas criadas no *Facebook* para divulgação e mobilização das manifestações realizadas no exterior em apoio aos protestos que aconteciam no Brasil⁴. Assim, milhares de pessoas em pelo menos 28 países foram contatadas por meio do *Facebook* para se reunirem em manifestações em prol do que acontecia no Brasil. A convocação via rede social digital promoveu mais de 130 mil interações no período, entre pessoas residentes dentro e fora do país⁵.

Passando para o âmbito do poder público, as características encontradas nas manifestações de junho de 2013 no Brasil apontam para um fenômeno provavelmente paradoxal no entendimento do Governo. Isso porque, semanas antes de as manifestações serem midiaticizadas, as pesquisas de opinião do Instituto Data Folha (2013) demonstravam que 65% da população consideravam o Governo Federal ótimo ou bom. Essa aprovação resultava de ações da Presidência da República relacionadas “principalmente, a políticas sociais e à condução da economia” (Data Folha, 2013). Posteriormente às manifestações, mais precisamente, 36 dias após a pesquisa, o índice caiu para 30% de aprovação, ou seja, menos da metade da avaliação anterior. Dessa vez, a pesquisa destacava que os brasileiros consideravam que houve uma piora na perspectiva econômica do país, além de criticarem a atitude da Presidente

³ Nome que se dá a uma página criada por uma pessoa comum ou por instituição no *site* de rede social no *Facebook*. O acesso a esse tipo de página é livre.

⁴ Encontramos vinte e oito (28) páginas de eventos organizados via *Facebook*, em apoio às manifestações de junho de 2013. Esses eventos mobilizaram brasileiros que estavam no exterior.

⁵ Como exemplo, podemos citar uma manifestação agendada para brasileiros em Madri, onde 6,2 mil pessoas foram convidadas. Esses números estão disponíveis em *Facebook* (2013).

diante dos protestos (Data Folha, 2013). Nessa mesma pesquisa, o instituto afirmou que

consultou os brasileiros sobre a adoção da tarifa zero para o transporte público, bandeira levantada em vários dos protestos organizados pelo Movimento Passe Livre em todo o país, com destaque para a cidade de São Paulo. Para isso, os entrevistados colocados diante do seguinte cenário: na maioria das cidades brasileiras, o transporte coletivo é mantido com o dinheiro dos passageiros e recursos da prefeitura. Algumas pessoas defendem o transporte público gratuito sendo que as passagens seriam pagas pelas prefeituras com o dinheiro dos impostos. As prefeituras dizem que não têm dinheiro suficiente e que teriam que tirar dinheiro de outras áreas. E então foram questionados se as prefeituras deveriam parar obras e serviços e investir o dinheiro dos impostos para cobrir o custo total do transporte ou deveriam manter investimentos em obras e serviços. A maioria (65%) optou pela alternativa de manter obras e serviços, e 24% preferiram a opção de usar o dinheiro dos impostos para oferecer gratuidade no transporte público. Uma fatia de 6% não soube responder, e outros 5% indicaram outras respostas (Instituto de Pesquisa Data Folha, 2013)⁶.

Em suma, nota-se que o fenômeno teve origem em uma demanda pública pela revogação de aumento da tarifa do transporte urbano na capital paulista, entretanto, rapidamente transformou-se em algo maior, ganhando proporções e sentidos impensados e não totalmente compreendidos até o presente momento. Por essa razão, surgem novas questões: o que de fato impulsionou as manifestações de junho? Quais os verdadeiros motivos sociais que levaram os milhares de brasileiros às ruas? A grande imprensa corroborou com a sua dispersão? Quais problemas, de fato, estavam causando desconforto social? Parecem infinitas as dúvidas com relação ao fenômeno das Jornadas de Junho. Nosso intuito, todavia, é apenas explorar o papel das redes sociais on-line na formação de novos atores sociais políticos.

Em primeiro lugar, é preciso reparar que muita coisa mudou desde o início dos anos de 1990. As manifestações de junho de 2013, além de não serem monotemáticas, pareceram

emergir repentinamente e alcançaram dimensão imprevista, como afirma Christa Berger (2014, p. 56): “o acontecimento foi absolutamente inesperado para os políticos e para os jornalistas e foi difícil enquadrá-lo nos quadros de referência disponíveis para interpretar o que acontecia”. Mais importante: suas lideranças pareciam diluídas, sua organização e chamamento fizeram uso intensivo de instrumentos da telemática, não disponíveis na última década do século XX. Nesse sentido, observamos que algo incomum e ainda pouco compreendido pelas Ciências Sociais, tampouco especificamente pelas Ciências da Comunicação, havia surgido.

Em segundo lugar, é importante perceber que a novidade não estava tanto na movimentação política de uma população supostamente adormecida, pois manifestações sociais são fenômenos inerentes à história. A novidade residia na ampla mobilização popular a partir da interação de atores sociais, utilizando-se de redes sociais na internet como ferramenta de comunicação. Por essa razão, este trabalho foca-se nas seguintes questões: (a) demandas sociais, antes neutralizadas pelo aparato midiático tradicional, ganham, de fato, alta visibilidade através das redes sociais, permitindo formas de organização que dão aos movimentos sociais maior poder reivindicatório? (b) as redes na internet desempenham papel de *agente de fermentação*⁷, criando outros e novos atores políticos? (c) quais as implicações dos usos das redes sociais na internet como instrumento de comunicação nas manifestações sociais brasileiras a partir *Jornadas de Junho de 2013*?

O Movimento Passe Livre: análise da atuação nas Jornadas de Junho de 2013

O Movimento Passe Livre (MPL), assinado como um movimento social autônomo, sem fins lucrativos, apartidário, horizontal e independente, foi criado para atuar no campo político e social em nome de seus princípios. Em regra, movimentos sociais utilizam-se, em grande escala, de meios não institucionalizados para resistir ou produzir mudanças sociais. Consiste, na maioria das vezes, em um

⁶ Com relação às pesquisas de opinião pública, seguimos a linha de pensamento de Pierre Bourdieu (1997) e outros pensadores, quando defendem que não há opinião pública, senão uma opinião manipulada de muitos pelas mídias tradicionais em suas impressões sobre os fatos reais. Isso pode ser observado na pesquisa citada quando a pergunta feita ao entrevistado direciona, aparentemente de forma intencional, a resposta. Isso se evidencia, por exemplo, na prática comum de aplicação de questionários em que perguntas e respostas são previamente formuladas.

⁷ Termo emprestado de Walter Benjamin (2013).

modelo de instituição que tem como tática a realização de manifestações massivas e de boicotes, podendo, às vezes, agir com violência (Rodríguez, 2003, p. 241).

Historicamente, o MPL atua desde as manifestações da “Revolta do Buzu”, ocorridas em Salvador (BA), em 2003. Na ocasião, grupos estudantis tomaram a frente de vários protestos para a derrubada do aumento da tarifa, semelhante à reivindicação de junho de 2013. Influenciados pelos eventos na Bahia e diante de mais um aumento das tarifas de ônibus em Florianópolis, em 2004, jovens se organizaram e realizaram diversas manifestações na cidade – mais tarde, conhecidas como “Revolta das Catracas”. Em seguida, várias outras manifestações aconteceram, nas quais seus organizadores tentavam articular com o poder público a aprovação da lei do passe livre.

Nessa mesma época, aconteceu o Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2005. Nele, jovens estudantes e ativistas sociais realizaram o primeiro encontro nacional para discutir o tema do transporte público e terminaram por fundar, oficialmente, o Movimento Passe Livre. Desde então, o trabalho e a missão do movimento é norteadas por “uma vida sem catracas” no transporte público urbano, pois, segundo o MPL, o transporte público é o meio fundamental de acesso à cidade e à parte muito importante da cultura, o que o torna um potencial fator de exclusão social das classes subalternas.

Dessa forma, podemos constatar que o MPL realiza um trabalho de base há anos, conscientizando os principais usuários sobre a importância do transporte público na vida social e sobre o seu gerenciamento pelos órgãos competentes. Essa característica do movimento se torna importante para pensar a repercussão e a solidariedade conquistada nas manifestações de junho de 2013.

Na intenção de compreender a atuação do MPL, resgata-se a análise de Peruzzo (1998), segundo a qual os movimentos populares brasileiros nascem de problemas vividos por grupos da sociedade ou por ela inteira, cujo horizonte para sua superação não está estabelecido ou visível. Para a autora, alguns desses principais problemas são: “a espoliação concreta das classes subalternas, refletida na

degradação das condições de vida; [...] a compreensão emergente da população quanto à precariedade de sua existência e às suas privações; a percepção da necessidade de ação coletiva para interferir nos processos decisórios do poder público e das empresas privadas” (Peruzzo, 1998, p. 31). Isso, em parte, explica a atuação do MPL junto às comunidades localizadas quase sempre na periferia de grandes centros urbanos, como São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Vitória, por exemplo.

Além do trabalho de base nas periferias, o MPL atua fortemente pelo *Facebook*. A página institucional do movimento está nas redes sociais digitais desde junho de 2011. No início, os adeptos ao movimento somavam pouco mais de cinco mil seguidores na *fanpage*. Quatro anos depois, esses números ultrapassam a casa das 300 mil curtidas. Para o MPL, o *Facebook* transformou-se em um importante meio de comunicação e fundamental ferramenta de divulgação de suas ações. Sua *fanpage* foi utilizada intensamente, em tempo real, durante todo o período das manifestações de junho para divulgar as informações dos sete Grandes Atos e de outros que aconteciam com apoio de suas ‘filiais’⁸ em outras cidades.

Durante, por exemplo, o protesto ocorrido no dia 6 de junho, alguns dos *posts* na página do MPL/SP no Facebook, anunciavam: “Um passeio pelo centro não revoga o aumento!”, “São Paulo começa a parar!” e também a “23 de Maio tomada pela população!” (Passe Livre São Paulo, 2013). Além disso, uma imagem se destacava em um dos *posts* com a *hashtag* #sófaltaSP, fato que, inclusive, reforça a ideia de que as manifestações não começaram em São Paulo. Essa imagem foi compartilhada apenas em único dia por 246 pessoas. Considerando que o compartilhamento se dá em um espaço ilimitado de conexões entre indivíduos, o número de visualização da imagem pode se elevar inúmeras vezes. Essa dimensão ainda aumenta quando somamos todas as interações das oito publicações postadas pelo MPL/SP nesse dia 6. Assim, chegamos ao resultado de 1.583 curtidas, 149 comentários e 975 compartilhamentos. O conteúdo dessas publicações trazia relatos dos acontecimentos em tempo real e, por vezes, *links* de notícias divulgados pela imprensa. Muito interessante, portanto,

⁸ O movimento Passe Livre, apesar de ser instituído em outras capitais e municípios, além de São Paulo, não considera ter filiados, e sim uma extensão do movimento, sem que estes assumam posições verticais dentro de uma hierarquia organizacional. São todos autônomos em suas ações, embora tenham uma missão em comum, que é o passe livre no transporte público urbano. Atualmente, existe MPL oficialmente em doze estados brasileiros.

era a notícia transmitida ao vivo, sendo produzida e compartilhada por quem era a própria notícia, ou seja, o MPL/SP e os próprios manifestantes. Além disso, o *Facebook* também serviu como fonte de informação para a grande imprensa e para a população em geral.

A imprensa e o fenômeno das ruas

O jornalismo se constitui como lugar de articulação de discursos sociais, com base no diálogo de interesse público e, consequentemente, agente mediador entre o mundo dos fatos e a instância da recepção. Toda comunicação que interessa à opinião pública é mediada pela instância jornalística (Dalmon, 2010, p. 216).

Seguindo a afirmação de Dalmon (2010), a forma como os atos de junho foram noticiados e mediados sugere uma exceção à regra, uma vez que a imprensa não foi a única e principal mediadora do acontecimento – mesmo a imprensa sendo considerada um quarto poder diante de um Estado democrático, em posição de ‘contra poder’. Explica-se, assim, o objetivo de identificar, através de uma análise exploratória, possíveis sinais de influência da imprensa sobre o receptor quanto à motivação e mobilização para a construção do fenômeno Jornadas de Junho. Para tanto, selecionamos alguns dos telejornais da TV Globo, empresa de comunicação com maior audiência no país, segundo dados do Ibope.

Por conseguinte, observando a transmissão da cobertura jornalística das manifestações de 2013, percebe-se a formação de discursos de relevância simbólica. Por exemplo, logo no 1º *Grande Ato*, ocorrido no dia 6 de junho de 2013, o *Jornal Nacional* (JN) noticiou o acontecimento, iniciando o discurso da seguinte forma: “em São Paulo, manifestantes que protestavam contra o aumento no preço das passagens de ônibus entraram em confronto, agora há pouco, com a polícia na Avenida Paulista” (JN, 2013, grifo nosso). Até então, uma notícia aparentemente comum. No entanto, na manhã seguinte, 7 de junho, a emissora ainda repercute as informações sobre as manifestações no noticiário local, o *Bom Dia SP*. Nessa edição, a reportagem sobre os protestos foi ao ar às 6h16, e o dia ainda não havia clareado quando um comentário feito pelo apresentador Rodrigo Bocardi, ao final da reportagem, que durou sete

minutos, causou polêmica imediata nas redes sociais on-line. Essa reação ao comentário do apresentador nos chamou a atenção para algo muito incomum no campo jornalístico. A fala do jornalista provocou tantos comentários nos sites de redes sociais que essa reação do público virou notícia em outros veículos. O *jornal A Folha de São Paulo*, na versão on-line, publicou a consequência do burburinho nas redes sociais. A notícia era:

[...] ao vivo, a jornalista Patrícia Bringel explicou que alguns manifestantes já estavam liberados após pagarem fiança, com valores que variavam de um salário mínimo até R\$ 3 mil. Ao fim da explicação, o apresentador se manifestou: ‘Alguns deles não têm R\$ 3,20 ou 20 centavos a mais para pagar a passagem de ônibus, mas têm R\$ 3 mil para pagar a fiança’. [...] Alguns internautas reclamaram do comentário, mas houve quem elogiasse. Em sua conta no Twitter, Bocardi agradeceu a um internauta que achou a frase ‘sensacional’ (Folha de S.P., 07/06/2013).

Esse comportamento dos telespectadores, conectados em rede ao mesmo tempo em que veem TV, aponta para vários desdobramentos. Porém, nesse caso, vale destacar a troca simbólica produzida no âmbito dessa forma de comunicação simultânea ao ato de ver TV⁹.

A partir desse caso, nota-se um caminho superação da percepção do receptor quanto ao problema em tela, que coloca agora o discurso da TV à prova da verdade e questiona a posição de superioridade da imprensa em relação à mediação dos acontecimentos. O cenário ainda sugere um contra fluxo na formação da opinião pública, principalmente se destacarmos que a grande imprensa, na sua forma tradicional, como TV, jornal, revista e rádio, perde, cada vez mais, o papel de referência na busca de informação por parte da população. Fato detectado, por exemplo, em uma pesquisa realizada pela F/Nazca em 2013. O resultado da investigação aponta para uma mudança no hábito de consumo da informação. De acordo com a instituição pesquisadora, atualmente, a fonte de notícia mais consultada pela população é a internet, à frente de TV, jornais e revistas. Além disso, a pesquisa aponta que “um em cada cinco brasileiros costuma comentar, divulgar ou compartilhar experiências pela internet no exato momento em que a está vivenciando”, isso em um universo de 83 milhões

⁹ Consideramos, neste caso, ‘comunicação’ segundo a concepção tomada por Thompson, ou seja, como “um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas” (Thompson, 2014, p. 44).

de brasileiros conectados à internet. Esse movimento demonstra um tipo de interação não existente há alguns anos. Hoje as notícias são comentadas em tempo real com pessoas em qualquer lugar do país e do mundo, ultrapassando barreiras do espaço e tempo, causando forte repercussão dentro e fora das mídias.

Assim, na perspectiva desse novo contexto de circulação das informações, avançamos explorando os discursos produzidos pelo jornal local SPTV 1ª edição sobre as manifestações. Em 7 de junho, ainda sobre o protesto do dia anterior na capital paulista, o telejornal enfatizou o evento, mais uma vez, com intenção de desqualificá-lo. Essa característica estava refletida na fala do apresentador, logo na abertura da edição do programa que vai ao ar ao meio-dia:

A gente começa o SPTV falando de um baita prejuízo e é para todo mundo. É o que ficou do vandalismo na Avenida Paulista durante a manifestação de ontem contra o aumento do transporte público. Teve banca de jornal depredada, shopping que fechou as portas, vidros de carros e estações de metrô quebrados. Essas fotos aqui são do próprio metrô que acaba de fazer as contas. Esse quebra-quebra causou um prejuízo de 73 mil reais, para o nosso bolso, porque o dinheiro do nosso imposto é que paga tudo isso. A gente vai conversar agora ao vivo com a Maria Júlia Coutinho, ela está na [Av.] Paulista. Maria Júlia, apesar dos estragos, felizmente a Paulista voltou a seu ritmo normal [...] (Tralli, 2013, s.p.).

A notícia que se repetia, criminalizando o movimento, deu maior visibilidade ao MPL/SP. Este, por sua vez, respondeu às críticas da imprensa através de sua página no Facebook, como forma de deixar seus seguidores mais bem informados, contrapondo-se, assim, às informações divulgadas pela TV, cujo conteúdo mostrava apenas a face violenta das manifestações. Nesse caso, o MPL/SP divulgou, logo em seguida às primeiras notícias na TV, que um grupo de cinco mil pessoas saiu em caminhada pelas ruas de São Paulo de forma pacífica quando foram surpreendidos por forte repressão policial – com armas e bombas –, provocando revolta e violência entre manifestantes e a Polícia Militar. E ainda reforçou: “As imagens dessa repressão brutal podem ser vistas em toda a imprensa e em vídeos nas redes sociais” (MPL/SP, 2013).

O segundo protesto, realizado em 7 de junho, mais uma vez foi noticiado na TV Globo com um discurso desfavorável ao movimento. Isso pode ser constatado, por exemplo, pelo uso de palavras-chave e pela entonação negativa:

Durante um protesto contra o reajuste de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 nas passagens de ônibus e do Metrô, começou a violência. No Anhangabaú, centro da cidade, manifestantes atearam fogo em cones. Depois caminharam em direção à Avenida Paulista, onde houve o primeiro confronto com os policiais. Uma cabine da polícia foi jogada ao chão. Uma lixeira de concreto foi usada como barreira. Bombas de gás, tiros para o alto e rojões pipocavam entre policiais e manifestantes. O vandalismo assustou quem trabalha na região (JN, 2013).

No dia 10 de junho, o MPL/SP resolveu contrapor-se mais uma vez à imprensa, divulgando uma segunda nota informativa em sua página na internet e no Facebook. A nota esclarecia as informações sobre as prisões que ocorreram durante as manifestações e que não haviam sido noticiadas pela imprensa tradicional. Uma seguidora do MPL/SP no Facebook comentou a respeito do noticiário: “Precisamos nos unir para dar notícias verdadeiras, porque, para a imprensa, não passam de baderneiros”. O comentário, mais uma vez, demonstra insatisfação com imprensa brasileira.

Logo em seguida, no dia 11, aconteceu o 3º Grande Ato, e, novamente, o Jornal Nacional (JN), noticiou: “Houve *tensão* e confronto na região central. Os lojistas fecharam suas portas e ficaram com *muito medo*. A polícia reagiu com bombas e gás... tropa de choque se posicionando para *enfrentar* a 3ª manifestação do MPL/SP” (Jornal Nacional, 2013). No protesto, não só ativistas, mas também jornalistas foram detidos pela polícia e mais de 100 pessoas foram feridas. Além disso, bens públicos e privados também sofreram danos (Gohn, 2014, p. 27). Nesse dia, a emissora dedicou 1 minuto e 33 segundos com cobertura ao vivo, o que significa 5% do tempo de transmissão do JN¹⁰.

No dia seguinte, as manifestações receberam maior atenção da imprensa: foram dedicados três minutos e 28 segundos durante a transmissão do Jornal Nacional, o que equivale, aproximadamente, a 12% do tempo dedicado às notícias. No discurso do telejornal, sobressaía a ideia de que atos de vandalismo toma-

¹⁰ Segundo Alfredo Vizeu (2001), o tempo total da programação do Jornal Nacional dedicado às notícias é de 26 minutos, podendo variar até 28 minutos. Logo, o percentual foi calculado com base no tempo de 26' dedicado somente às notícias, excluído o tempo de intervalo/comercial.

vam conta da manifestação: “O protesto, que começou com manifestantes caminhando ao lado de policiais, virou uma *batalha* nas ruas [...] em menos de uma semana foi o terceiro e *mais violento*” (JN, 2013). Diante do que foi descrito, Gohn (2014) é pertinente ao afirmar que as manifestações passaram por um momento de desqualificação e descaso por parte da imprensa tradicional. Além disso, na interpretação da autora, “a criminalização dos movimentos foi a forma mais fácil que muitos dirigentes encontraram para responder à situação e revelar também um desconhecimento dos fatos que estavam se articulando” (Gohn, 2014, p. 22).

No 5º Grande Ato, porém, alguma coisa mudou. Sobre a manifestação realizada em 17 de junho, o JN (2013) divulgou que cinquenta mil pessoas se reuniram em frente na Praça da Sé (região central de São Paulo) e saíram em protesto pela cidade. Dessa vez, no entanto, o discurso atenuava a questão da violência: “Depois de uma segunda-feira *histórica* marcada por protestos *pacíficos* na sua imensa maioria, manifestantes voltaram às ruas de diversas cidades brasileiras hoje”, e continuou, “no início da noite houve um tumulto em frente à Prefeitura promovido por *uma minoria mais exaltada*” (JN, 2013. Grifo nosso). O que teria mudado na ação dos manifestantes? Não se sabe, mas o discurso do telejornal notadamente mudou.

No início das manifestações, a imprensa se comunicava de forma pessimista em relação aos protestos e adotava um posicionamento de reprovação dos atos, retratando o ocorrido como vandalismo. No entanto, depois do 4º Grande Ato, posicionou-se favoravelmente ao movimento, apoiando os protestos, alterando o posicionamento sem motivo explícito. Na verdade, o descaso das autoridades e da mídia tradicional e a violência da polícia perante os protestos foram transmitidos através das redes sociais on-line pelos próprios protagonistas, para além da transmissão do evento pela TV. Essa mudança na mediação da informação e capilaridade atingida pelas notícias divulgadas por meio das redes sociais on-line alterou o nível de conhecimento sobre os fatos e, aparentemente, mudou o apoio dado pela população aos manifestantes. O quadro permite inferir que notícias ecoaram por todo o país por uma nova forma de mediação, pressionando os veículos tradicionais de comunicação a reverter suas posições iniciais.

As distorções dos fatos, em razão da narrativa espetacular da grande imprensa, foram observadas também por Gohn (2013), que dá destaque à postura da mídia tradicional em suas pesquisas sobre as manifestações sociais. Na visão da autora, no início das manifestações, a imprensa veiculava a notícia em tom de reprovação, retratando o ocorrido como atos de vandalismo, sem se aprofundar nas questões que levaram tantas pessoas às ruas da cidade (Gohn, 2013).

Tal mudança discursiva reforça o questionamento levantado por Ramonet (2013, p. 65), em seus estudos sobre a imprensa: “o que acontece hoje, quando vemos que [...] o quarto poder não é mais um contra poder, mas um poder complementar para oprimir ou manter a sociedade no estado atual das coisas?”.

Uma nova experiência política?

Dentro do cenário das manifestações, emerge a problemática da comunicação em rede a partir de dispositivos conectados à internet. Com eles e a partir deles, os atores sociais são deslocados do seu tradicional local de protagonismo, permitindo-os experimentar uma nova forma de participação popular que resulta em uma atividade política não pretendida *a priori*. A discussão, nesta seção, se debruça sobre a hipótese de que as manifestações, conforme o *corpus* selecionado, permitiram uma nova experiência política para uma multidão incentivada pelas (inter)relações estabelecidas nas redes sociais na internet.

As experiências políticas são pouco compreendidas. É recorrente as pessoas em geral, no Brasil, entenderem a política como uma ação exclusiva no âmbito do Estado. No sentido clássico, o significado de política é “derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade, e consequentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social” (Bobbio, 2010, p. 954). Com efeito, segundo o mesmo autor, trata-se de uma ação indissociável do poder¹¹. Tendo esse conceito como pano de fundo, parte-se para as definições de Leo Maar (1994), que usa a história para analisar experiências políticas como as Jornadas de Junho. Para o autor, um exemplo direto do que é política são os “movimentos que visam interferir na realidade social a partir da exis-

¹¹ ‘Poder’ pertencente à categoria do poder do homem sobre o homem (Bobbio, 2010, p. 955).

tência de conflitos que não podem ser revolidos de nenhuma outra forma” (Leo Maar, 1994, p. 8). Assim, pessoas “desenvolvem políticas para alcançar seus objetivos” (Leo Maar, 1994, p. 10) utilizando instituições organizadas, como os movimentos sociais, a fim de “traduzir anseios e interesses sociais” (Leo Maar, 1994, p. 13). Ainda na visão do autor, a “atividade política passa a ser uma espécie de mal necessário, uma atividade social transformadora pela qual se visa realizar certos fins utilizando-se de certos meios” (Leo Maar, 1994, p. 16). Da mesma forma, as Jornadas de Junho serviram de palco para várias reivindicações por parte da população. Ali, milhares de jovens foram às ruas, motivados pelas notícias e fatos que corriam pelas mídias, e fizeram parte de uma conquista e de um momento histórico não esperado.

Assim sendo, levantam-se questões importantes: pela ampla visibilidade das demandas sociais, antes neutralizadas pelo aparato midiático tradicional, as redes sociais na internet permitem formas de organização que dão aos movimentos sociais maior poder reivindicatório? As redes sociais on-line desempenharam papel de *agente de fermentação* dos movimentos sociais e de outros atores políticos, de forma a tornar as agendas públicas, a ponto de transformar-se em fenômeno social histórico?

Primeiro chama a atenção a importância da internet como meio de comunicação no Brasil. Para ilustrar o atual cenário, segundo a pesquisa da *comScore* (Meio&Mensagem, 2014), 88% dos usuários da internet no Brasil consideram-na a mídia mais importante, à frente da TV, dos jornais e das revistas. No país, 49% da população têm acesso à internet e 43% estão conectados a alguma rede social on-line (We are social, 2014). Os dados também despertam para a participação dos brasileiros no *Facebook*, com 73 milhões de usuários ativos, o que coloca o Brasil em segundo lugar em número de perfis no mundo. A segunda rede social digital mais acessada pelos brasileiros é o *Youtube*; em seguida, está o *Twitter*, lançado em 2007 (Veja, 2013). O fenômeno torna-se, portanto, relevante ao se perceber que as mediações da informação, antes sob o controle dos meios de comunicação convencionais, agora, graças à rede digital, deslocam-se lentamente para novos protagonistas. Trata-se da divisão de um poder comunicacional significativo.

A análise exploratória nos leva a acreditar que o uso massivo de instrumentos de comu-

nicação na internet, como os *sites* de redes sociais, parece sinalizar a emergência de um fenômeno social e comunicativo ainda não suficientemente claro, a demandar mais esforços de pesquisa. Por exemplo, durante as manifestações de junho, o uso dos *sites* de redes sociais na internet permitiu convocações simultâneas sem custo, mobilizando milhares pessoas em centenas de cidades brasileiras e até mesmo fora do país. Durante as manifestações, imagens foram divulgadas em tempo real pelas redes sociais e só depois foram vistas nos meios de comunicação convencionais, como TV, jornais e rádio. E mais: grandes empresas de comunicação foram impedidas, por manifestantes, de cobrir o evento, sob a alegação de que tais veículos não os representavam, dando maior importância à cobertura alternativa realizada pelos próprios participantes e publicadas em redes sociais. São fatos de grande relevância que demonstram que o uso das redes on-line parece estar alterando os processos comunicacionais e, assim, influenciando na forma de fazer política, uma vez que “redes de comunicação são fontes decisivas na construção do poder” (Castells, 2013, p. 12).

Dessarte, podemos considerar o uso das novas ferramentas de comunicação em rede, como o Facebook e outros *sites*, como recurso comunicacional para tornar público aquilo que *a priori* ficaria a cargo dos controladores das informações, como as empresas detentoras de grandes conglomerados de mídia e também os governos.

Considerações finais

A pesquisa acerca dos acontecimentos das Jornadas de Junho realizada aqui, a partir das redes sociais on-line do MPL e da cobertura da TV Globo, chama a atenção por destacar o nascimento de um Brasil politicamente diferente do que foi vivido até recentemente. Tais quais outras manifestações recentes ao redor do mundo, o que se viu no país, no meio do ano de 2013, surpreendeu, não só pelo tamanho e disseminação de passeatas e protestos, mas, principalmente, em razão da velocidade com que arrebanhou participantes e apoios.

O fenômeno foi tão significativo e repentino que a imprensa tradicional, por exemplo, demorou a reagir, impingindo às manifestações, seus componentes e organizadores um *status* negativo, insinuando por vezes tratar-se de um problema, uma desordem a ser combatida. Logo, no entanto, a mesma mídia alterou

seus discursos e passou a falar em civismo e indignação popular.

Hoje, todavia, mais importante é questionar: o que havia de novo nas manifestações? Ou ainda: o que permitiu que as Jornadas de Junho possuíssem as características descritas acima e as tornasse, até certo ponto, parte da onda vivida em vários países do globo?

A primeira conclusão é que, em junho de 2013, havia um ambiente incomum aos movimentos sociais passados capaz de politizar ainda mais os fatos. Nesse ambiente novo, a maior novidade era o espaço virtual e, mais importante, o fato de este ter se constituído como uma extensão das manifestações. Trata-se de algo inesperado que talvez se consolide como um novo espaço político, capaz de alimentar os movimentos sociais frente à hegemonia da grande imprensa.

O fenômeno é bastante complexo, pois a internet, dada sua forma flexível e interativa, permitiu que os aparelhos de comunicação convergissem suas funções para o ambiente virtual. Por exemplo, um fato notável durante as manifestações, o uso intenso de celulares para postar fotos e acompanhar o que estava acontecendo em outros lugares, conectados à rede mundial de computadores, e menos para fazer ligações. Ou seja, os eventos demonstraram que os canais e instrumentos da comunicação estavam sendo utilizados para outros fins que não aqueles para os quais foram criados inicialmente.

O resultado foi o reforço do poder reivindicatório dos movimentos sociais, marcadamente em razão da disseminação de suas causas e lutas e, talvez mais importante, o crescimento exponencial do seu poder convocatório. No limite, talvez estejamos passando por uma mutação de significados, de deslocamentos nas formas de comunicação e, como resultado disso, nas formas de fazer política. Isso porque, como afirma Virilio (1996, p. 15), “ninguém ignora que a capacidade de comunicar é para o homem, como para toda espécie viva, a condição indispensável de seu estar no mundo, ou seja, de sua sobrevivência”, e os eventos de junho parecem mostrar que essa capacidade foi alterada.

Este estudo, portanto, responde se as redes sociais on-line podem ser definidas como agente de fermentação dos movimentos sociais, dando a eles visibilidade, maior poder e, assim, transformando-os em fenômeno social. Em face do discutido ao longo do artigo, não restam dúvidas de que a resposta deve ser positiva. Nem os eventos ocorridos no Brasil,

nem aqueles cujo palco foram os mais diversos países do globo, teriam a dimensão, a rapidez e o poder convocatório observado se não fosse utilizado maciçamente o poder comunicativo das redes sociais on-line. Reportagens, relatos, pesquisas e análises citadas ao longo do texto demonstram a importância adquirida pelos dispositivos conectados à rede mundial de computadores e, principalmente, o uso diferenciado que seus proprietários fizeram antes, durante e depois das manifestações. Uso esse, diga-se de passagem, político, com repercussões políticas, algo muito diferente das motivações comerciais iniciais para as quais tanto aparelhos quanto aplicativos foram criados. Tamanha novidade permite dizer que a sociedade moderna e as mídias on-line formam um casamento que não se divorcia. Hoje, uma pessoa não conectada à internet faz lembrar a música: “é como ver TV e não dormir [...] é insuportável, é dor incrível”.

Referências

- BENJAMI, W. 2013. *O Capitalismo como Religião*. São Paulo, Boitempo, 192 p. Recurso digital.
- BERGER, C. 2014. Jornadas de Junho: lições de realidade. In: G. SAID; J. DOURADO (orgs), *O Delírio é um desejo: ensaios e fragmentos sobre os protestos de junho de 2013 no Brasil*. Teresina, EDUFPI, p. 55-61.
- BOBBIO, N. 2010. Política. In: N. BOBBIO; N. MATTEUCCI; G. PASQUINO, *Dicionário de Política*. 13ª ed., Brasília, Editora UnB, vol. 2, p. 954-962.
- BOURDIEU, P. 1997. *Sobre a Televisão: seguido de A Influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro, Zahar, 143 p.
- CAROS AMIGOS. 2013. *A tarefa é fortalecer as lutas sociais*. Ano XVII, edição 196, julho, p. 32-36.
- CASTELLS, M. 2013. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar, 272 p.
- DALMON, E.F. 2010. Narrativas Jornalísticas e Narrativas Sociais: questões acerca da representação da realidade e regimes de visibilidade. In: G.M. FERREIRA; A. HOHLFELDT; L.C. MARTINO; O. J de MORAIS. (orgs.), *Teorias da Comunicação: trajetórias investigativas*. Porto Alegre, EdUPUCRS, p. 215-231.
- F/NAZCA. 2013. Panorama do Brasil na Internet. Disponível em: http://www.fnazca.com.br/wp-content/uploads/2013/12/fradar-13_publica-site-novo.pdf. Acesso em: 19/08/2014.
- FACEBOOK. 2013. MADRID - Ato em favor às manifestações do Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/625940557418200/>. Acesso em 29/09/2014.
- FACEBOOK BRASIL. 2015. Sobre Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/Facebook-Brasil/info?tab=page_info. Acesso em 29/08/2015.

- FOLHA DE S.P. 2013. Comentário de apresentador do “Bom Dia SP” gera polêmica na internet. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2013/06/1291282-comentario-de-apresentador-do-bom-dia-sp-gera-polemica-na-internet.shtml>. Acesso em: 23/10/2013.
- GOHN, M. da G. 2014. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. Petrópolis, Vozes, 157 p.
- GOHN, M. da G. 2013. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo, Cortez, 127 p.
- INSTITUTO DE PESQUISA DATA FOLHA. 2013. *Avaliação da presidente Dilma Rousseff*. 2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datalinha/2013/07/01/avaliacao-dilma.pdf>. Acesso em: 19/08/2014.
- JORNAL NACIONAL (JN). 2013. Edições de 06 a 21 de junho de 2013. Disponível em: <http://globoplay.globo.com/>. Acesso em: 23/09/2015.
- LEO MAAR, W. 1994. *O que é Política*. 16ª ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 111 p.
- MEIO&MENSAGEM. 2014. *comScore traça perfil do brasileiro na web*. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/noticias/2014/02/20/comScore-mostra-rotina-dos-brasileiros-na-web.html>. Acesso em: 06/07/2014.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE. 2013. Apresentação. Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/>. Acesso em 01/10/2013.
- PASSE LIVRE SÃO PAULO. 2013. *Timeline*. Disponível em: <https://www.facebook.com/passelivre>. Acesso em: 23/09/2014.
- PERUZZO, C.K. 1998. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, Vozes, 342 p.
- PIACENTINI, É. 2008. Entenda o Maio de 68 francês. *Folha de São Paulo on-line*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2008/04/396741-entenda-o-maio-de-68-frances.shtml>. Acesso em: 28/11/2014.
- RAMONET, I. 2013. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados. In: D. MORAES; I. RAMONET; P. SERRANO, *Mídia, poder e contrapoder. Da concentração monopólica à democratização da informação*. São Paulo/Rio de Janeiro, Boitempo/Faperj, 184 p.
- THOMPSON, J. 2014. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 15ª ed., Petrópolis, Vozes, 360 p.
- TRALLI, C. 2013. *SPTV 1ª edição*. Disponível em: <http://globoplay.globo.com/v/2621009/>. Acesso em: 27/10/14.
- VEJA. 2013. *Facebook alcança 73 milhões de usuários no Brasil*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/facebook-alcanca-73-milhoes-de-usuarios-no-brasil>. Acesso em: 23/09/13.
- VIRILIO, P. 1996. *A arte do motor*. São Paulo, Estação liberdade, 134 p.
- WALKER, C.; ORTTUNG, R.W. 2014. Furo de Reportagem: O Papel da Mídia Estatal. *Journal of Democracy em Português*. Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/publicacoes/journal/>. Acesso em: 28/11/2014.
- WE ARE SOCIAL. 2014. *Global Digital Statistics*. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/ntdlife/2014-global-digital-overview>. Acesso em: 06/07/2014.

Submetido: 03/01/2016
Aceito: 09/04/2016